

A inclusão digital como “passaporte” para uma mais adequada inclusão social dos cidadãos mais idosos

Henrique Teixeira Gil

Inclusão e exclusão social: a simultaneidade de conceitos

A problemática relacionada com os processos de uma verdadeira e universal inclusão social está sendo considerada transversal seja qual for a época em que estejamos situados. Mais recentemente, por meio de variadas políticas governamentais se tem dado uma atenção especial ao intuito de que a inclusão chegue a todos os cidadãos. Nesse sentido, adotou-se a denominação do “estado social” pelos diferentes países, nos quais se podem destacar várias medidas no seio da União Europeia, para que os cidadãos disponham de oportunidades e possam ascender aos meios entendidos como necessários para viver em comunhão e igualdade com os seus concidadãos.

Para o efeito, Moreira (2006) defende que essa inclusão social deva proporcionar a todos os cidadãos que se encontram excluídos de oportunidades o acesso a bens materiais, educacionais, culturais e de saúde de acordo com as neces-

sidades apresentadas com garantia de níveis de qualidade. Nessa concepção serão satisfeitas as condições consideradas adequadas para que possam dispor de informação, sejam capazes de gerar conhecimento para poderem exercer os seus direitos e deveres cívicos e de cidadania.

Nesse sentido, a Comissão das Comunidades Europeias (2003) advoga que devam ser proporcionados a todos os cidadãos os recursos e as oportunidades considerados necessários e suficientes para participarem nas esferas econômica, social e cultural, para que possam se beneficiar e usufruir de um bem-estar e de um nível de vida considerado normal e adequado no seio da sociedade em que vivem. Ou, como é defendido por Sheppard (2006), que se consiga alcançar uma estabilidade social por meio de uma cidadania social em que todos os cidadãos tenham os mesmos direitos. Pois mais do que atender às necessidades básicas de cada um, a inclusão social deverá significar a valorização como indivíduo e como cidadão no sentido de se implementarem e de se incrementarem os seus sentimentos de pertença que lhes venham a permitir o desenvolvimento de suas capacidades para participar nos processos de decisão (Bava, 2003).

O que se tem verificado é que existe uma multiplicidade de definições e/ou conceitos, no que diz respeito à exclusão e à inclusão social; alguns autores e instituições relacionam-nas de forma direta, outros autores apresentam-nas numa forma de negação ou de complementaridade e outros as mostram, ainda, de forma setorial, dando predominância apenas a algumas das suas vertentes.

Como é assumida por Sposati (2006), essa íntima associação prende-se ao fato de a inclusão e a exclusão serem processos sociais interdependentes. A título de exemplo, Lesbaupin (2000) é de opinião que a exclusão social não diz respeito a um conceito, mas antes a uma nova questão

social, a qual está sendo desenvolvida pela conjunção das transformações operadas no sistema produtivo, no seio das políticas neoliberais e da globalização. No mesmo sentido, também Mazza (2004) se refere a essa questão como sendo um processo dinâmico e de caráter multidimensional, a negação a todo e qualquer acesso a oportunidades e serviços de qualidade que lhes possam permitir viver num espaço produtivo sem pobreza.

Nesse particular, Lopes (2006) torna claro o fato de a exclusão social não ter uma relação direta com a concepção de pobreza, acentuando tal realidade com um complexo multidimensional muito mais abrangente. Do mesmo modo, Dupas (2000) argumenta que a exclusão social é um fenômeno multidimensional que se pode extrapolar para além da pobreza, dado que terá de incluir outras dimensões, como a educação, a saúde, a política, a economia, a religião.

Por essa razão, Alvino-Borba e Mata-Lima (2011) opinam que no atual contexto de transformação social é requerida uma nova dinâmica, a qual necessitará ser mais criativa na intervenção social pelo fato de não existir um padrão de resposta, no qual cada intervenção social deverá dar resposta “àquele problema, àquela questão social, àquele contexto”. No seio dessa perspectiva, a Comissão das Comunidades Europeias (2003) refere-se à exclusão social como um processo que empurra alguns indivíduos para a “margem da sociedade”, ao impedi-los de nela poderem participar na sua plenitude por razões de pobreza ou pela falta de competências básicas e de oportunidades de aprendizagem ao longo da vida, onde a emergência de uma sociedade digital impõe novas literacias e competências.

Tal questão tem suscitado várias discussões porque, como é sustentado por Demo (2005, p. 36), muitas das vezes a inclusão social não está de acordo com as premissas universais: “Facilmente aceitamos como inclusão social a

inclusão na margem. Os pobres estão dentro, mas dentro lá na margem, quase caindo fora do sistema. Continuam marginalizados”. Do mesmo modo, Santos (2002) refere-se à questão ao sublinhar que a inclusão e a exclusão podem assumir duas possibilidades, a da exclusão propriamente dita ou uma “inclusão subalterna”, dependendo dos critérios ou dos indicadores que lhes estão associados.

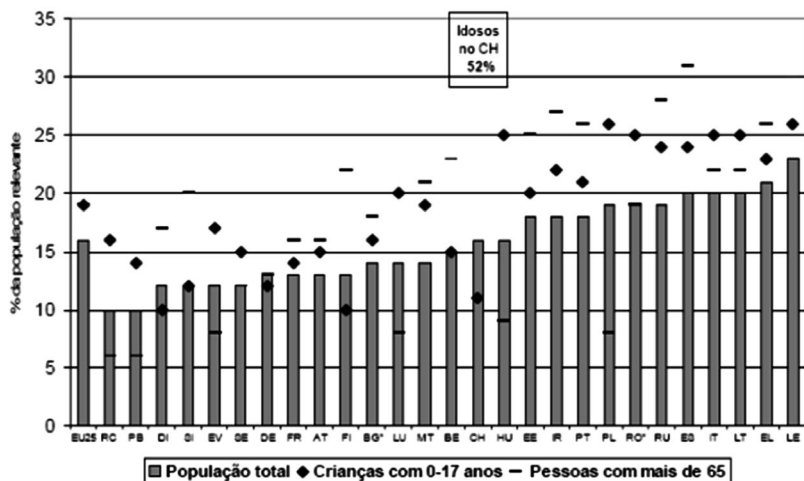
União Europeia: breve enquadramento global

Tendo em consideração o “Relatório Conjunto sobre Protecção Social, Saúde e Consumidores” do Conselho da União Europeia (2009), é entendido como de vital importância o reforço da articulação positiva entre as políticas sociais e as ações desenvolvidas tendo em vista o crescimento e o emprego. Para o efeito, o Conselho da União Europeia (2009) preconiza o apoio a reformas de longo prazo por meio de medidas que evitem as perdas de emprego e que permitam sustentar os rendimentos dos agregados familiares. Nesse particular, há uma atenção prioritária para determinados grupos de risco, tais como cidadãos de etnia cigana, os migrantes, os jovens trabalhadores e os sem-abrigo que constituem o grupo populacional com um nível de pobreza extremo.

Outra vertente que pretende ser salvaguardada diz respeito às pessoas com deficiência, por meio da eliminação de barreiras estruturais que impeçam a sua plena participação no mercado laboral, no ensino e a aprendizagem ao longo da vida. Não tendo ainda a possibilidade de terem acesso a dados mais recentes da União Europeia, passam-se a apresentar dados relativos ao ano de 2006 que terão uma leitura aproximada relativamente à atualidade, tendo como base a informação repostada ao MEMO/08/XXX, de outubro de 2008, da União Europeia.

Para o efeito, a Figura 1 apresenta a taxa de risco de pobreza, no seio da União Europeia, onde se destacam os valores correspondentes ao total da população, a crianças entre os 0 e 17 anos e a cidadãos com 65 e mais anos.

Figura 1. Taxa de risco de pobreza na União Europeia em valores totais, crianças 0-17 anos e cidadãos com 65 e mais anos



Fonte: EU-SILC, 2006.

Os dados percentuais demonstram a existência de grupos de risco que sobressaem, pela negativa, dentro do total da população na grande maioria dos países: crianças entre os 0 e 17 anos e os cidadãos mais idosos com 65 e mais anos. Neste caso, atendendo aos valores de Portugal, pode-se constatar esta tendência, em que as crianças entre os 0 e 17 anos atingem o valor ligeiramente superior a 20% e os cidadãos mais idosos chegam a um valor que ultrapassa os 25%. No que diz respeito aos idosos há uma ideia clara de que o seu risco de pobreza, comparativamente com o resto da população, é enorme.

A evolução demográfica, com o crescente envelhecimento das sociedades, vem também incrementar essa problemática. Estimativas da União Europeia, no seio da “Plataforma Contra a Pobreza”, afirmam que até 2030 o número de reformados terá aumentado em mais de 25 milhões, o que irá colocar pressões sobre os sistemas de pensões no que respeita à sua adequação e sustentabilidade em longo prazo, assim como nos sistemas de saúde e de cuidados na velhice (União Europeia, 2001).

Portugal: caracterização sumária de iniciativas e de medidas para a inclusão social

No que diz respeito a Portugal, tendo como base o Relatório Nacional de Estratégia (RNE) para a proteção e inclusão social para o período compreendido entre 2008 a 2010, foram definidos dois eixos prioritários e seis objetivos estratégicos. No eixo relacionado com o impacto das alterações demográficas estão contidos os seguintes objetivos: i) apoiar a natalidade e a infância; ii) apoiar a conciliação entre a atividade profissional, a vida pessoal e familiar; iii) promover o envelhecimento ativo com qualidade e prevenir e apoiar a dependência. O segundo eixo inclui a promoção da inclusão social e a redução das desigualdades que se quer atingir por meio dos seguintes objetivos estratégicos: i) promover a inclusão social ativa; ii) melhorar as condições de vida de territórios vulneráveis; iii) favorecer a inclusão social de grupos específicos (deficientes, imigrantes, minorias étnicas e sem-abrigo).

Outra medida que tinha como prioridade a integração de grupos sociais de risco foi o reforço e a consolidação da componente do rendimento social de inserção (RSI) como forma de garantir um subsídio que permitisse satisfazer as necessidades mínimas de sobrevivência com vistas a uma melhor inclusão. Ao nível da educação e da formação foi cria-

da a iniciativa “novas oportunidades”, com estreita relação com o “Plano Nacional de Emprego”, com o intuito de corrigir situações de desvantagens de alguns cidadãos no acesso à escolaridade. Neste domínio, houve como preocupação a introdução de medidas no âmbito das TIC, no seio do “Plano Tecnológico da Educação”. Nesse particular, as medidas priorizavam o acesso às TIC de grupos desfavorecidos com a introdução de planos de formação, em especial, para os cidadãos que se encontravam em risco de exclusão em regimes de formação profissional.

Outra medida que foi lançada em 2007, a “Estratégia para a Inclusão Ativa” teve como objetivos permitir um reforço entre a componente do rendimento mínimo e as dimensões da formação, do emprego e do acesso aos serviços. De acordo com Baptista (2013), a “Estratégia para a Inclusão Ativa” foi implementada tendo em consideração três dimensões de inserção: i) intervenção prioritária destinada a famílias com crianças e jovens com vistas à sua acessibilidade a cuidados de saúde, apoios e equipamentos sociais e a percursos escolares qualificados; ii) intervenção com vistas à integração profissional por meio do desenvolvimento de competências e de capacidades nos domínios pessoais e sociais; iii) intervenção junto às famílias com um acompanhamento sistemático no decorrer do seu percurso de autonomização, responsabilização e de participação social com a criação de percursos de inserção.

No presente momento, devido à situação financeira e econômica do país, muitas dessas medidas não têm tido o apoio e a continuidade considerados necessários. Baptista (2013) afirma que a aplicação da “Recomendação da Comissão para a Inclusão Ativa” se apresenta claramente estrangida dada a evolução negativa do cenário social e econômico, o que provocou a aplicação de uma abordagem fragmentada na aplicação de uma estratégia integrada e global para a inclusão ativa.

Inclusão digital: da sociedade da informação à sociedade do conhecimento

Em termos mais consensuais e mais abrangentes, o conceito de inclusão digital, tal como é proposto por Eisenberg e Cepik (2002), tem a ver com uma universalização no acesso aos recursos informáticos e ao acesso à internet em todas as áreas de atividade laboral, social, educativa, política e pessoal. Do mesmo modo, Martini (2005) vem acrescentar que a inclusão digital não acarreta apenas o acesso às tecnologias, mas, fundamentalmente, uma nova via para que se possam incrementar os direitos cívicos, o exercício pleno da cidadania e o combate à pobreza com vistas a um maior e mais amplo desenvolvimento local. Isto quer dizer que a inclusão digital vai implicar um envolvimento ativo dos cidadãos por meio de comportamentos que se inter-relacionem via redes digitais em todas as áreas econômicas, políticas, culturais, governamentais e não governamentais.

O enquadramento do conceito de 'inclusão', na opinião de Sposati (2006), tem como base o acesso a quatro utopias básicas: i) a autonomia de renda, que tem como objetivo suprir as necessidades básicas vitais, culturais e sociais; ii) o desenvolvimento humano, que visa atingir o maior grau da capacidade humana em termos biológicos e capacidades intelectuais; iii) a equidade, para que seja possível garantir a igualdade de direitos e de oportunidades com a salvaguarda das diversidades dos indivíduos; iv) a qualidade de vida por meio do acesso democrático às condições de preservação que envolvam o homem, a natureza e o meio ambiente, prevenindo-se a degradação ambiental. E é nesse sentido que Azevedo e Barros (2004) referem à necessidade de uma melhor e maior redistribuição da riqueza social e tecnológica, o que vem implicar a inclusão digital.

Numa outra dimensão, a inclusão social tem que ser devidamente enquadrada na época e no contexto onde se aplica. Ou seja, na sociedade atual, a inclusão social tem que incluir uma premissa de base, a qual, no entender de Warschauer (2006), será a capacidade de aceder, de adaptar e de gerar um novo conhecimento por meio da utilização das TIC.

Esta é a presente realidade, em que a inclusão digital vem influenciar o nível de inclusão social de cada cidadão, mas sempre com o cuidado de não se enfatizar a tecnologia, mas sim a capacidade de transformação que a tecnologia pode proporcionar ao tornar o cidadão mais autônomo e mais ativo sempre com uma aplicação tão próxima quanto possível das realidades e contextos locais. Pois, na atualidade, as principais atividades políticas, econômicas, governamentais, sociais e culturais são divulgadas via digital, e o fato de se estar fora dessas redes digitais significa estar fora dos fluxos da informação (Silveira, 2001).

No mesmo sentido, mas numa vertente mais ampla, a Comissão Europeia (2011), no âmbito da “Plataforma Europeia contra a Pobreza e a Exclusão Social”, assume que a acessibilidade às TIC vem reforçar a empregabilidade e as oportunidades de vida, a inclusão nas comunidades locais, a utilização dos serviços em linha e o acesso a cuidados modernos e eficazes, o que constitui um vetor de inclusão social. Para o efeito, para que se possa corrigir a fratura digital, pretende-se um reforço da literacia e das competências digitais com uma utilização regular da internet em domínios considerados inclusivos e que favoreçam o empoderamento dos grupos mais vulneráveis nas áreas do emprego, habitação, saúde e restantes serviços sociais.

Tratando um pouco de História, nas últimas décadas do século XX adotou-se a designação de “Sociedade do Conhecimento”, sucedendo à “Sociedade Industrial” numa

perspectiva, tal como é referenciado por Werthein (2000), de se passar a assumir um novo paradigma assente no binômio “tecnologia-economia”. Essa nova dimensão proporcionou o acesso a um imenso caudal de informação que passou a estar acessível em qualquer lugar a qualquer hora a partir da internet. Nesse âmbito, os utilizadores baseavam a utilização dos equipamentos digitais mais numa postura passiva, numa postura de consumo de informação e em alguns casos de publicização e de veiculação (como, por exemplo, o aparecimento e a rápida proliferação de páginas/sites pessoais e organizacionais; empresas *dotcom*). Também é de assinalar o incremento na inclusão de suportes multimídia via animações, ficheiros com áudio e alguns filmes digitalizados.

Com a evolução para a Web 2.0, também conhecida por Web Social, entrou-se numa outra dinâmica e numa outra forma de se utilizar e de se rentabilizar a comunicação digital. Os suportes ou ferramentas digitais que mais identificam a Web 2.0 são os blogs e as redes sociais (como, por exemplo, Facebook, Orkut, Twitter, etc.), as quais geraram e promoveram outra forma de estar na internet.

Os utilizadores dessas ferramentas digitais ‘sociais’ passaram a intervir diretamente por meio da assunção de um papel de ‘autor’ em vez do habitual papel de ‘consumidor’. Tal mudança permite a passagem de uma “Sociedade da Informação” para uma “Sociedade do Conhecimento”, pelo fato de se criarem mecanismos e oportunidades para o estabelecimento de redes para a criação, partilha e disseminação do (novo) conhecimento.

Esta realidade com a qual agora se convive já tinha sido discutida e refletida por Castells (1999), que entendia a importância da ‘rede’ como sendo constituída por um conjunto de diferentes ‘nós’ por meio de interconexões que vêm constituir uma nova morfologia social. Na opinião de Castells (1999),

a importância dessas redes reside no fato de se poderem alterar os processos produtivos, culturais e até de poder. É essa a grande importância das redes sociais digitais, já que a grande maioria da informação passa a ser disseminada por esses meios, o que faz com que as TIC comecem a tornar-se fundamentais no processo mais amplo da inclusão social (Silveira, 2001).

Existe um determinado consenso de que a inclusão digital corresponde à necessidade de promover uma formação para a utilização e domínio técnico das ferramentas digitais (software) e dos equipamentos digitais (hardware). Em vez disso, a tônica numa formação em literacia digital deve centrar-se no desenvolvimento de um sentido crítico, em competências que permitam não apenas aceder, mas, fundamentalmente, saber seleccionar e analisar informação no sentido de julgá-la e de ser capaz de inovar, de ser criativo, em suma, ser capaz de gerar novo conhecimento.

Como refere Machado (2007), deve existir um bom senso no sentido de as TIC serem, ao mesmo tempo, consideradas como meio e finalidade, mas que não se confinem a uma repetição e reprodução de informações técnicas e que sejam capazes de proporcionar ações desafiadoras que façam emergir novas situações para que os formandos possam interagir e agir de forma dinâmica e ativa.

Por essa razão, vários autores, tais como Warschauer (2006) e Rondelli (2003), são defensores de uma metodologia mais alargada e mais abrangente que se centre numa convergência de recursos digitais (linguagem e conteúdo), recursos físicos (computadores e conectividade), recursos humanos (educação e formação) e em recursos sociais (comunidades e instituições).

Nesse âmbito, Aun e Moura (2007) apresentam como fundamentais quatro diferentes dimensões na utilização das

TIC para uma mais adequada inclusão digital dos cidadãos, e que passam a ser apresentadas: i) utilização pessoal e de lazer (aplicação e utilização das TIC nas rotinas diárias e em situações de lazer); ii) utilização autônoma (aplicação e utilização das TIC em meio laboral para a resolução de problemas, para a geração, produção e difusão de informações e de conhecimento); iii) utilização social e colaborativa (utilização das TIC no seio de comunidades virtuais e de redes sociais com vistas a uma aprendizagem social que implique a participação e a colaboração em processos que gerem a produção coletiva de conhecimento para um benefício social e institucional); iv) utilização inovadora e sustentável (utilização das TIC para a criatividade e inovação na resolução de questões de interesse comunitário, mas com a preservação de valores, de identidades, da cultura e dos recursos ambientais).

A questão determinante das TIC e da internet, em particular, é que proporcionam um imenso caudal de informação capaz de gerar conhecimento, e como refere Machado (2007), a principal contribuição da internet constitui-se na verdadeira “democratização do conhecimento”. É nesta dinâmica frenética de troca e de pesquisa que se gera outro tipo de relações sociais e humanas, não as substituindo, mas facilitando a universalidade dessas interações.

Há uma nova centralidade que promove uma nova sociedade de cultura digital, em que todas as trocas são possíveis, desde a troca de materiais, de pesquisas, de experiências e de vivências entre uma multiplicidade de culturas e de sociedades, dando uma nova universalidade de inclusão social muito mais lata e alargada. Esta universalidade é multimídia, onde o texto se complementa com imagens, sons, animações e vídeos e tudo em tempo real. É esta sensação de se estar “ao vivo”, de ser um elemento ativo que gera e promove uma maior coesão (como, por exemplo, a utilização de redes sociais

– Twitter e Facebook – na mobilização de grupos sociais para manifestações que já ocorreram em Portugal e em diversos outros países, tais como a Argélia).

Nesse sentido, Teixeira e Brandão (2003) acentuam a necessidade de os cidadãos estarem preparados e com condições que lhes permitam aceder e utilizar novos conhecimentos por meio das TIC, de forma a que se promova uma cidadania integral com a emancipação e superação das desigualdades sociais. Para concluir essa abordagem, é importante referir a visão de Santos (2002) ao incluir a necessidade de os diferentes grupos sociais poderem construir as suas identidades no ciberespaço, de forma a ampliar o multiculturalismo e a diversidade por meio da construção e criação de conteúdos para um maior nível de cidadania.

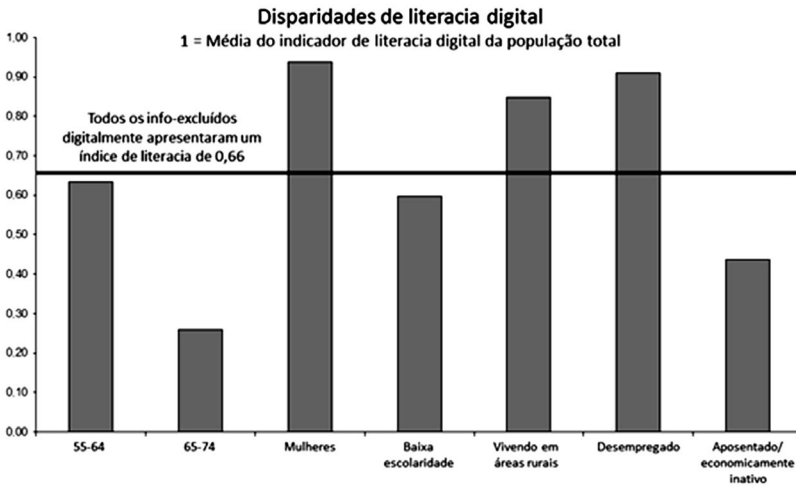
O caso particular dos cidadãos mais idosos e a problemática da infoexclusão

No presente momento tem-se assistido a uma rápida e constante transformação social que as TIC têm potencializado e que tem tido como consequência uma mudança de atitudes e de comportamentos dos cidadãos. Essa nova dinâmica vem implicar a questão relacionada com o acesso aos dispositivos digitais no sentido de os cidadãos poderem e deverem participar no ciberespaço. Consequentemente, quem não possui as competências e a formação digital adequada ficará à margem do presente contexto social, implicando a sua exclusão digital.

A inclusão digital dos cidadãos consiste em proporcionar o acesso ao conhecimento e a recursos numa perspectiva de que induza os cidadãos a se tornarem ativos a agirem e interagirem nas mudanças sociais. De acordo com os dados que se passam a apresentar na Figura 2, torna-se bastante evidente que dentro dos grupos sociais mais infoexcluídos se

destacam, pela negativa, os cidadãos mais idosos. Chama a atenção para o grupo dos cidadãos inativos/aposentados como sendo o segundo grupo mais infoexcluído, em que muitos dos seus elementos serão idosos, tendo em consideração a idade correspondente à aposentadoria.

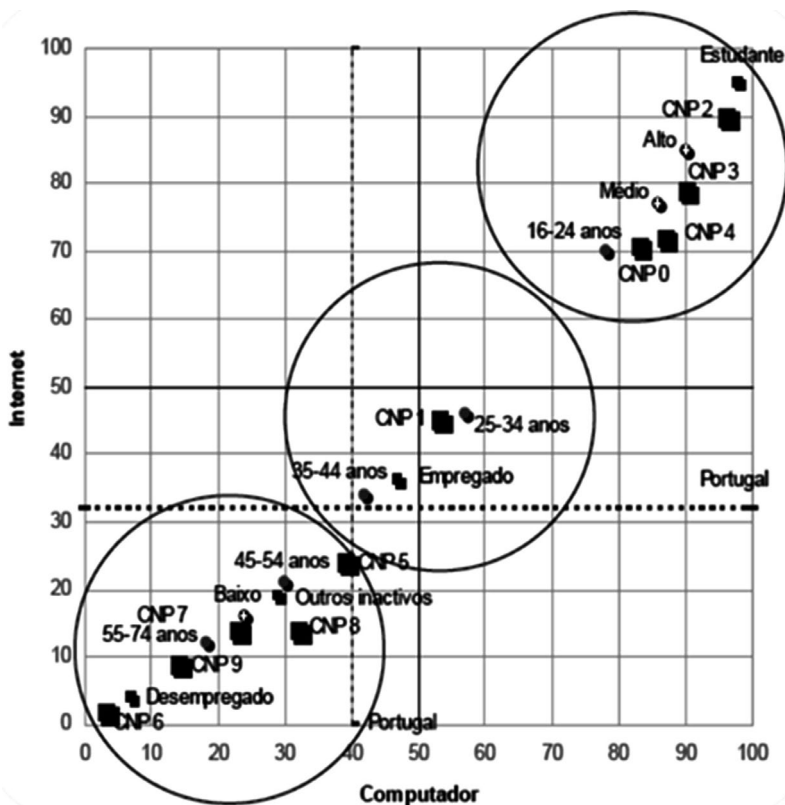
Figura 2. Níveis de literacia entre os grupos mais infoexcluídos



Fonte: Eurostat, 2007.

Um estudo realizado em Portugal por Carneiro e Rodrigues (2005) vem apresentar resultados que refletem uma semelhança muito próxima com os que foram apresentados anteriormente relacionados com o contexto europeu. Uma vez mais se pode observar na Figura 3 que os cidadãos mais idosos, os desempregados e os cidadãos com qualificações mais baixas (CNP 6-9) representam o grupo dos infoexcluídos no que diz respeito à utilização do computador e da internet.

Figura 3. Utilizadores de computador e internet, segundo a faixa etária, o nível de ensino e a condição laboral



Fonte: Carneiro e Rodrigues, 2005.

Na apreciação dos valores apresentados na Figura 3, Carneiro e Rodrigues (2005) assumem que a associação negativa de um baixo nível de escolaridade com o desemprego vem acentuar uma maior incapacidade para que sejam capazes de suportar os custos com a aquisição de equipamentos informáticos e com a utilização da internet.

Tomando ainda como referência a investigação de Carneiro e Rodrigues (2005), a análise dos dados em que se relaciona o escalão etário com os níveis de ensino relativamente à

utilização das TIC permite inferir que há uma relação direta entre a idade e o nível de ensino. À medida que aumenta o escalão etário há uma diminuição gradual na utilização das TIC. Por outro lado, pode-se verificar que essa diminuição gradual de utilização das TIC é menos acentuada se o nível de ensino for mais elevado.

De acordo com Carneiro e Rodrigues (2005), o patamar baixo de utilização é composto pelos indivíduos com idades compreendidas entre os 35 e os 74 anos e com um baixo nível de ensino, o que corresponde a cerca de 50% da população portuguesa (Tabela 1).

Tabela 1. Patamares de utilização das TIC de acordo com o escalão etário e o nível de escolaridade para a população e ativos

Escalão etário	População			Ativos		
	Níveis de ensino			Níveis de ensino		
	Baixo	Médio	Alto	Baixo	Médio	Alto
16 a 24 anos	60	96	100	46	92	100
25 a 34 anos	36	89	97	38	88	97
35 a 44 anos	25	88	84	28	91	94
45 a 54 anos	17	77	89	21	85	92
55 a 74 anos	4	40	67	10	75	89

■ Patamar baixo (Patamar 1) ■ Patamar médio (Patamar 2) ■ Patamar alto (Patamar 3)

Fonte: Carneiro e Rodrigues, 2005.

Relativamente aos cidadãos mais idosos existe um conjunto de realidades que fizeram com que a sua literacia digital seja muito baixa, fundamentalmente pela razão de durante toda a sua vida ativa terem tido índices muito baixos de exposição e de utilização das TIC, quer no seu local de trabalho, quer nas suas casas. Essa falta de familiarização e de utilização das TIC nas rotinas laborais, domésticas e em

espaços de lazer faz com que não as sintam fundamentais ou necessárias no seio das suas rotinas. Tal experiência de vida faz com que não se sinta a necessidade de se incluírem as TIC no seu dia a dia (Kooij et al., 2008).

Há quem se refira às TIC como “novas tecnologias”, mas há quem defenda que esta última designação já está ultrapassada, pelo fato de já não serem “novas”. Mas essa questão semântica tem outra interpretação, que é sugerida por Machado (2007, p. 24) ao afirmar: “Uma nova tecnologia pode ser considerada velha à medida que não modifica as relações entre os sujeitos envolvidos”. Para o efeito, é fundamental e necessário verificar em que medida as TIC conseguem introduzir mudanças, como conseguem implementar novas variáveis, como modificam os contextos, mas sempre de forma a que tais alterações sejam capazes de criar novas oportunidades que possam ir ao encontro das necessidades e do bem-estar dos cidadãos mais idosos.

Como é referido por Moran (2005), o conhecimento não pode ser medido pela quantidade de pesquisas de informação que se realizaram, mas sim pela reflexão acerca da qualidade dessas pesquisas. Se tais objetivos forem alcançados, todas essas alterações irão fazer parte das rotinas diárias, constituindo uma mais-valia para um envelhecimento mais digno e que seja capaz de transmitir um sinal efetivo de pertença social e de contemporaneidade numa maior autonomia funcional (Czaja; Sharit, 1998).

Numa outra dimensão, as TIC podem conferir aos cidadãos mais idosos uma associação de modernidade, tal como referem White e Weatherall (2000, p. 372): “[...] uma associação entre computadores e juventude”. Há, ainda, outra vertente que tem sido tratada na investigação e que trata das relações intergeracionais que as TIC têm promovido ao se verificar uma aproximação entre os netos e os avós por meio das TIC

no que fiz respeito a práticas formativas nessa área e à sua utilização, em especial, na comunicação a distância via Skype.

Nesse âmbito, podem referir-se experiências realizadas por meio da iniciativa SeniorNet que decorreu nos anos 90, quando foram identificados pelos próprios idosos cinco aspectos positivos das TIC, que se passam a apresentar, de acordo com Furlong (1994): a) novos modelos de comunidade social e intelectual; b) vias de aprendizagem ao longo da vida; c) acesso à informação e recursos; d) meios eletrônicos de participação para a cidadania; e) ligações intergeracionais. Tendo em consideração essas indicações, facilmente se verifica que cabe desmistificar que não existe por parte dos idosos uma “tecnofobia” generalizada e que faz com que muitas iniciativas não avancem tendo como base esta premissa errônea que se deve erradicar.

É uma realidade que os idosos constituem o grupo social mais heterogêneo decorrente das múltiplas variáveis que lhes estão associadas, pelo que a generalização deve ser acautelada. Esse é o desafio que deve ser encarado por quem trabalha e investiga a utilização das TIC pelos idosos, pois, como afirmam White e Weatherall (2000, p. 384), a sua investigação veio demonstrar que quanto maior a resistência e mais diminuta a utilização das TIC pelos idosos mais se incrementa o seu distanciamento dessas: “Para os adultos mais velhos que não estão adaptados com o uso das TIC, o sentimento de exclusão pode aumentar”.

A investigação promovida por Wagner et al. (2010, p. 875-876) veio também demonstrar que: “[...] adultos mais velhos que usam computadores tendem a ter níveis mais elevados de habilidades cognitivas [...] tendem a ser mais educados, ter uma melhor condição de saúde e possuem rendas mais elevadas”. Por isso, torna-se importante que se faça sentir aos cidadãos mais idosos que as TIC podem ser úteis e imprescindíveis em determinadas situações (como,

por exemplo, todas as medidas associadas às iniciativas do e-Governo), por meio de uma relação tão próxima quanto possível com as suas atividades diárias, e que a sua inclusão social pode ser afetada se não integrarem as TIC como uma ferramenta capaz de suprir as suas necessidades, obrigações, expectativas e bem-estar. Como alertam Wagner, Hassanein e Head (2010), importa compreender as idiosincrasias e as especificidades das necessidades dos cidadãos mais idosos, porque são naturalmente diferentes das dos jovens, pelo que se necessita tomar medidas e pensar estratégias “à medida” para esse grupo populacional e social.

As TIC devem ser um instrumento que permita despertar e estimular os cidadãos mais idosos para que assumam metas positivas e, ao mesmo tempo, permitir-lhes que emitam as suas opiniões, as suas expectativas, as suas necessidades e que se gere uma consciência cívica para que a sua inclusão digital consiga colmatar as lacunas que sentem (e que existem) para uma mais adequada, mais ampla e merecida inclusão social “mediada” pela sua inclusão digital.

Referências

- ALVINO-BORBA, A.; MATA-LIMA, H. Exclusão social nas sociedades modernas: um olhar sobre a situação em Portugal e na União Europeia. *Serviço Social & Sociedade*, São Paulo, n. 106, p. 219-240, abr./jun. 2011.
- AUN, M.; MOURA, M. A construção de indicadores nacionais de acesso público aos meios digitais: princípios e perspectivas. In: AUN, M. (Ed.). *Observatório da inclusão digital: descrição e avaliação dos indicadores adotados nos programas governamentais de infoinclusão*. Belo Horizonte: Orion, 2007. p. 19-62.
- AZEVEDO, P.; BARROS, J. O nível de participação do Estado como fator de inclusão social de pessoas portadoras de deficiência. *Revista Brasileira de Ciência e Movimento*, Brasília, v. 12, n. 1, p. 74-84, jan./mar. 2004.

BAPTISTA, I. *Avaliação da implementação da recomendação da União Europeia sobre inclusão activa: um estudo das políticas nacionais – Portugal*. Brussels: European Union, 2013.

BAVA, S. *A produção da agenda social mundial: uma discussão sobre contextos e conceitos*. 2003. Disponível em: <<http://www.polis.org.br>>. Acesso em: 14 out. 2013.

CARNEIRO, R.; RODRIGUES, N. *A sociedade da informação e a desigualdade: um retrato português*. 2005. Disponível em: <http://www.apdsi.pt/uploads/news/id546/3.4_roberto%20carneiro%20+%20nuno%20rodrigues_070626.pdf>. Acesso em: 30 out. 2013.

CASTELLS, M. *A sociedade em rede*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1999.

COMISSÃO DAS COMUNIDADES EUROPEIAS. *Relatório conjunto sobre a inclusão social: análise de acções nacionais para a inclusão social (2003-2005)*. Bruxelas: COM, 2003.

COMISSÃO EUROPEIA. *Plataforma europeia contra a pobreza e a exclusão social: um quadro europeu para a coesão social e territorial*. Luxemburgo: Serviço das Publicações da União Europeia, 2011.

Conselho da União Europeia. *Relatório conjunto sobre protecção social e inclusão social 2009*. Bruxelas: Comissão Europeia, 2009.

CZAJA, S. J.; SHARIT, J. Age differences in attitudes toward computers. *The Journals of Gerontology Series B: Psychological Sciences and Social Sciences*, v. 53B, n. 5, p. 329-340, set. 1998.

DEMO, P. Inclusão digital: cada vez mais no centro da inclusão social. *Revista Inclusão Social*, Brasília, v. 1, n. 1, p. 36-38, out./mar. 2005.

DUPAS, G. *Economia e exclusão social: pobreza, emprego, estado e o futuro do capitalismo*. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

EISENBERG, J.; CEPIK, M. (Orgs). *Internet e política: teoria e prática da democracia electrónica*. Belo Horizonte: UFMG, 2002.

KOOIJ, D. et al. Older workers' motivation to continue to work: Five meanings of age, conceptual review. *Journal of Managerial Psychology*, v. 23, n. 4, p. 364-394, 2008.

LESBAUPIN, I. *Poder local x exclusão social*. Petrópolis: Vozes, 2000.

LOPES, J. “Exclusão social” e controle social; estratégias contemporâneas de redução da subjetividade. *Psicologia & Sociedade*, Belo Horizonte, v. 18, n. 2, p. 13-24, maio/ago. 2006.

MACHADO, L. R. Metas motivacionais de idosos em inclusão digital. 2007. 119 f. Dissertação (Mestrado em Gerontologia Biomédica) - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.

MARTINI, R. Inclusão digital & inclusão social. *Revista Inclusão Social*, Brasília, v. 1, n. 1, p. 18-26, 2005.

MAZZA, J. Inclusão social, mercados de trabalho e capital humano na América Latina. In: BUVINIC, M.; MAZZA, J.; DEUTSCH, R. (Orgs.). *Inclusão social e desenvolvimento econômico* na América Latina. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004. p. 183-206.

MORAN, J. *Novos desafios na educação: a internet na educação presencial e virtual*. 2005. Disponível em: <www.eca.usp.br/Prof/moran/novos.htm>. Acesso em: 30 out. 2013.

MOREIRA, I. A inclusão social e a popularização da ciência e tecnologia no Brasil. *Revista Inclusão Social*, Brasília, v. 1, n. 2, p. 38-42, abr./set. 2006.

RONDELLI, E. Quatro passos para a inclusão digital. *Revista Sete Pontos*, Rio de Janeiro, n. 5, p. 28-36, 2003.

SANTOS, B. *A globalização e as ciências sociais*. São Paulo: Perseu Abramo, 2002.

SHEPPARD, M. *Social work and social exclusion: the idea of practice*. Aldershot: Ashgate, 2006.

SILVEIRA, S. *Exclusão digital: a miséria na era da informação*. São Paulo: Fundação Perseu Amaro, 2001.

SPOSATI, A. A fluidez da inclusão/exclusão social. *Ciência e Cultura*, Campinas, v. 58, n. 4, p. 36-45, out./dez. 2006.

TEIXEIRA, A. BRANDÃO, E. J. R. Internet e democratização do conhecimento: repensando o processo de exclusão social. *Novas Tecnologias na Educação*, Porto Alegre, v. 1, n. 1, p. 1-7, fev. 2003.

UNIÃO EUROPEIA. *Plataforma Europeia contra a pobreza e a exclusão social: um quadro europeu para a coesão social e territorial*. Luxemburgo: Serviço de Publicações da União Europeia, 2011.

WAGNER, N.; HASSANEIN, K.; HEAD, M. Computer use by older adults: a multi-disciplinary review. *Computers in Human Behavior*, v. 26, n. 5, p. 870-882, 2010.

WARSCHAUER, M. *Tecnologia e inclusão social*. São Paulo: Senac, 2006.

WERTHEIN, J. A sociedade da informação e seus desafios. *Ciência da Informação*, Brasília, v. 29, n. 2, p. 76-89, maio/ago. 2000.

WHITE, J.; WEATHERALL, A. A grounded theory analysis of older adults and information technology. *Educational Gerontology*, v. 26, n. 4, p. 371-386, 2000.